

## EU E O 25 DE ABRIL DE 1974

————— Fernando Frederico

A primeira vez que escrevi sobre o “25 de Abril”, foi logo em 1974, a solicitação de uma criança minha vizinha, que pretendia fazer um trabalho escolar e não sabia, na realidade, o que acontecera. É bom que se diga que, a não serem os participantes diretos e, talvez, alguns membros da polícia secreta, naquela altura ninguém sabia nada. Incluindo eu. Escrevi-lhe, manualmente, numa folha do caderno, aquilo que sabia; e é o que eu vou contar aqui, focando, não os pormenores da execução que me foram desconhecidos, mas as emoções que andavam à solta pelas ruas, que invadiam os quartéis, que pousavam nas famílias, que enxameavam as notícias. Antes, porém, convirá perceber com que bagagem política, (ou falta dela), cheguei eu a 25 de abril de 1974.

A parte teórica da minha formação política traduziu-se nas orientações avulso com que alguns operários, de mãos calejadas e gretadas, rijas como tábuas que arranhavam nos afagos, me aconselhavam a não querer ser pedreiro nem pintor nem qualquer outro mister ligado à construção civil. De profissões rurais, apenas vinha a lume a incerteza, a fome e a exploração dos detentores da terra. Terra essa donde grande parte deles tinha fugido, em busca de melhorar a vida, trocando de exploradores sem trocar de miséria. Numa coisa eles eram unânimes:

Estuda rapaz. Não queiras esta vida de miséria – diziam-me, muitas vezes, quando, antes de iniciar a minha vida profissional, calhávamos de nos cruzar, ao fim do dia, eu a fazer um recado qualquer e eles de copo na mão, na mesma taberna-mercearia-carvoaria-petrolino, onde tudo se vendia e trocava, desde desgostos a ódios, passando pelas pérolas da sagesa popular e, curiosamente, pelo orgulho de serem operários. Condição esta de que me parecia estarem a querer afastar-me. Fazia pouco sentido, mas absorvi que ser operário não era grande coisa, mas se tivesse de o ser, pelo menos devia ter orgulho nessa condição e nessa consciência de classe.

Os muito velhos contavam histórias da longínqua Guerra da França, do gaseamento, das fétidas trincheiras, dos piolhos, das doenças, das feridas, das amputações, da fome, do medo, da solidariedade entre camaradas e com

as populações campestres e generosas, que partilhavam o pouco que conseguiam arrancar à terra com desconhecidos de quem nem a fala percebiam. E eu ia acumulando uma grande confusão na minha cabeça infantil, incapaz de discernir entre guerra e aventura, entre dever e prazer, entre trabalho e exploração. Entre o decidir fazer a guerra e o ter mesmo de a fazer, nas trincheiras ou em campo aberto, em tão corajosas quanto mortais sortidas.

Ainda bem que Salazar nos livrou desta última guerra, (a segunda, numa contagem pouco fiável) – murmuravam alguns; e eu registava o culto ao chefe.

Isto batia certo com o que diziam os livros da Instrução Primária, (atual 1º Ciclo). Todos devíamos muito ao Presidente do Conselho de Ministros que, alegadamente tinha mantido Portugal fora desse terrível conflito e estava a fazer “tudo pela Nação e nada contra a Nação”. Ninguém conhecia a participação portuguesa na Guerra Civil Espanhola, (pelo menos nunca era mencionada nos momentos em que eu estava) nem se apercebia dos destacamentos militares enviados para as colónias, lugar de punição para onde se exilavam os bandidos e os indesejáveis. Aquelas pessoas rudes pareciam não gostar de si próprios nem da vida que levavam, mas estavam acomodados com ela e agradeciam ao Governo e à Senhora de Fátima, por estarem vivos.

A parte prática da minha formação política começou numa oficina de automóveis onde ainda imberbe, desempenhava as funções de aprendiz de serralheiro mecânico, de fato macaco maior do que eu e com muita vontade de ser homem precocemente. Nunca tive quem, estando já instalado na vida, me tentasse orientar profissionalmente, aliciando-me para esta ou aquela profissão, este ou aquele percurso académico. A serralharia e, por consequência, o operariado, surgiram na minha vida para suportarem a matrícula num curso noturno de uma Escola Industrial: a Machado de Castro, em Lisboa.

Foi para poder estudar, que ingressei na oficina, aos 14 anos, quando já contava dois anos de trabalho por conta de outrem, sem descontos para a Segurança Social que, na altura se chamava Caixa de Previdência. Mal saído da Instrução Primária, tivera já uns anos de marçano, de mandarete e de apontador, alombando com grossas peças de fazenda e percorrendo quilómetros de calçada, sem que algo disso pudesse contar para o meu currículo. Na verdade, para frequentar o ensino noturno, estava-me destinada a Machado de Castro, que me exigia um certificado patronal de estar a exercer a profissão de serralheiro mecânico, lugar que consegui encontrar na tal oficina de automóveis,

a quem estou muito agradecido, ainda hoje, na mesma medida em que estou grato aos meus professores da Instrução Primária.

Eis-me então a trabalhar de dia e a estudar de noite, prolongando o estudo pelo descanso semanal e namorando nos poucos intervalos. No meio de tudo isto, não sei como conseguia arranjar tempo para ler, mas li. Li muito. Meu Deus, como eu li. Se hoje me lembrasse de um quarto das coisas que li, seria sábio. Li clássicos e não clássicos, nacionais e estrangeiros, religiosos e ateus. (Estes davam mais gozo porque estavam proibidos e só com muita sorte e paciência é que se encontrava algum nos alfarrabistas). Pelo menos, aprendi na leitura a usar a minha língua, o que gosto de exibir como galardão.

Mas nunca antes de abril de 1974 tinha lido um único livro de cariz político. Esquisito, não é? Conhecia o fundamental do comportamento humano, descrito em romances, desde os clássicos gregos e romanos, passando pelos ibéricos de cavalaria, crónicas de reis e reinados, os ingénuos do Romantismo, os cruéis do Realismo, biografias de religiosos e chefes militares, grandes batalhas e revoluções, os de aventuras e os policiais, os de poesia e os de viagens, etc. Quem, naquele tempo e terra idade, já teria lido “Os Lusíadas” e a “Bíblia Sagrada”? Ou mesmo o calhamaço “Guerra e Paz”? Contudo, antes de 1974 nunca tinha passado os olhos por qualquer livro de formação política. Grave lacuna! A verdade é que esse tipo de livros não estava disponível para a maioria dos cidadãos. Já era uma sorte (e um perigo) encontrar em qualquer alfarrabista um qualquer livro proibido, quer sobre a sociedade quer sobre a religião. Lembro-me de ter um, de Albino Forjaz Sampaio, sobre o milagre de Fátima, e de o manter escondido como algo que me podia prejudicar se fosse descoberto, mas do qual eu não queria desistir.

Sentia bem fundo as diferenças de tratamento e de dignidade cívica entre os governados e os governantes, com a desigual repartição dos privilégios e das obrigações e a impossibilidade de contribuir para decisões que atenuassem essas diferenças, ou seja, não era livre de me autodeterminar. O estranho é que eu até me conformava com a situação. Tudo parecia natural.

Bem antes dos 20 anos já atingira a classificação de operário especializado e podia sustentar um lar. É preciso ter presente que a falta de mão-de-obra derivada da sangria do envio de jovens para a Guerra do Ultramar inflacionara os ordenados, e mesmo na desgraça e na miséria – ou precisamente nelas – é fundamental aproveitar as oportunidades do mercado e ir adequando os gas-

tos aos proveitos, para não desequilibrar o orçamento doméstico. Não achava que vivia bem, mas... ia andando.

Havia outros a viver bem pior. Não concordava com a situação e nada faria para a eternizar, mas também não me parecia que fosse possível mudar o que sempre fora assim: uns podiam ter o tudo e outros tinham de se contentar com o nada ou com o pouquinho.

Além disso, e muito importante embora o mencione em último lugar, não era possível falar abertamente da situação entre companheiros de infortúnio. Murmurava-se entre amigos de longa data e na mesa do café, que algo devia acontecer para ganharmos dignidade, para abriremos os olhos, para reclamarmos. Mas nada disto saía deste círculo restrito; e, se saiu, foi pela traição de algum dos convivas, que entregou à polícia política a informação muitas vezes maximizada e romanceada das palavras impensadas de alguém mais caloroso ou bem informado.

Levar estas ideias para a oficina era perigoso. Ninguém queria ficar conotado de político, junto dos chefes ou dos patrões, pelas retaliações que isso podia provocar; e muito menos alguém se permitiria arriscar a uma apresentação compulsiva numa agência da PIDE. Chegam ao ridículo os motivos invocados para deterem e interrogarem um cidadão. Não interessava o género, a idade, o estado civil nem a paternidade, nada os impedia de aviltarem uma pessoa, acusando-a de promover ações atentatórias da autoridade estatal. Dois companheiros, posso testemunhar, caíram nesse lamaçal, cada um por motivos e ocasiões diferentes; e quando voltaram e foram alvo da curiosidade dos seus pares, ambos calaram ao que tinham sido sujeitos, industriados pelos seus algozes ou temendo voltar a ser delatados por algum bufo. Tudo isto acabou com o “25 de Abril”.

Embarquei em 9 de abril de 1969 para Angola, onde fiz a primeira comissão de serviço, obrigatória, em parte na zona operacional do enclave do Cazombo e no resto da comissão em sucessivas operações, no Uíge, lançadas a partir do Cacuaco, em Luanda. Foi duro resistir às provações derivadas da proverbial falta de material das Nossas Tropas (NT), mas valeu pela experiência de alargar os horizontes do meu conhecimento. Viver junto a uma “Sanzala da Paz”, (como então se designavam os agrupamentos gentílicos onde eram forçosamente fixados os autóctones, evitando assim o seu contacto com as forças rebeldes), proporcionou-me a convivência com pessoas espantosamente polidas e amigas.

Sáira da cidadina Lisboa onde não se conhecia nem falava com quem morasse a mais de 50 metros da nossa casa e agora vagueava por entre os quimbos familiares, separados por espaços constantemente varridos, onde as mulheres moíam o grão em enormes almofarizes, trazendo amarrados às costas os seus filhos bebês, enquanto os maiorzinhos se divertiam por ali, jogando a bola de trapos ou correndo atrás do arco e gancheta. Outras crianças talvez se retraíssem ao contato com adultos fardados, mas ali era possível entrar no jogo e ser fintado com perícia pelo grupo de pés descalços, sempre com muita alegria iluminada pela dentição ainda mais branca quando patente em faces negras. Um bom remédio para racistas seria passar um mês com estas pessoas tão delicadas, tão simples e tão humanas, de quem acho impossível não nos apaixonarmos com o contato.

No norte de Angola este contato social era mais difícil, não só porque a guerrilha estava mais acesa, mas também porque as ações militares eram de curta duração: uma escolta, uma segurança a colunas logísticas ou a trabalhos de Engenharia para preparação do terreno, uma ocupação estratégica de uma colina ou de um cruzamento de estradas, mais propriamente designadas por picadas, por serem de terra batida, com pelo menos uma camada de 5cm de pó, onde as botas deixavam visíveis marcas da nossa passagem. Este pó, aparentemente avermelhado, tinha a curiosidade de nos deixar a pele branca completamente escura, acinzentando a pele dos camaradas negros que conosco viajavam. Ninguém fazia contas à parte deste pó que nos entrava nos pulmões.

Neste plano, travei conhecimento com alguns contratados para o trabalho pesado numa fazenda cafeeira no Norte de Angola; e foi um choque verificar o nível a que a exploração patronal pode chegar, perante uma classe trabalhadora rural, sem direitos e sem qualquer proteção prática contra os excessos dos empregadores, não pela inexistência de leis laborais favoráveis, mas sim pelo descaso que patrões e autoridades faziam delas. E o pior é que me conformei com a situação, partindo do princípio que o destino de quem trabalha é o de sofrer este tipo de exações, uns mais do que outros, mantendo o bico calado para não piorar a situação. Isto acabou com o “25 de Abril”.

Em Macocola, passei por entre as cubatas dos contratados para trabalhar nos cafezais e achei uma enorme diferença entre este ambiente social, muito mais pesado e lúgubre do que os que eu conhecera no Leste de Angola. O caso não era para menos. Estas pessoas não eram felizes nem sequer livres para

voltar para as suas terras, (normalmente em Malange, onde o recrutamento podia contar com homens mais pacíficos e famílias mais pobres). Na altura de receberem o salário, ficavam quase sempre em dívida pela alimentação e alfaias que tinham de comprar ao seu empregador.

Ainda assim, conheci e confraternizei com um rapaz de cerca de 15 anos que me deu um bigode com a música da sua viola improvisada: uma ripa pregada numa lata de galão de óleo, com quatro arames esticados a fazer de cordas. Eu tinha na altura uma viola semiacústica, em que arranhava mal uns fadinhos. Que vergonha! E que momento delicioso, de poder tocar com um músico autodidata, fabricante dos seus próprios instrumentos, que espero sinceramente que tenha sobrevivido aos dramáticos acontecimentos da guerra civil angolana e possa estar hoje integrado num qualquer conjunto musical.

Isto que tenho vindo a contar não é propriamente um curso político; mas contou muito para diluir a ideia de superioridade branca, que a minha cultura me vinha impondo desde a infância, pelo trato social, pela tradição e pelos livros, nomeadamente os históricos, que narravam episódios de confronto e domínio como o de Gungunhana, em Chaimite. Que suprema humilhação de alguém que veio a provar-se ser uma boa pessoa, no seu exílio nos Açores onde pôde manter família, sabe Deus com que saudades da sua terra natal.

Paralelamente ao meu crescimento enquanto operário e antes de ter casado, já eu terminara o Curso de Serralheiro Mecânico, em regime noturno, pelo que, ao terminar a comissão obrigatória me fixei com a família na cidade de Nova Lisboa, para fazer na oficina metalúrgica o que eu sabia fazer bem, esperando uma oportunidade de poder usar a minha habilitação literária, que ainda só me tinha servido para entrar na tropa no Curso de Sargentos Milicianos, em vez da normal formação para soldado; mas não tive êxito.

Deste período de vida civil, guardo a memória de que a cor da pele era determinante para a avaliação das capacidades dos trabalhadores e, consequentemente, para a remuneração monetária em que, para trabalho igual havia salário diferente. Não senti que isso fosse discriminação racial. Era antes a oportunidade de pagar menos a quem menos exigia, que é o procedimento natural das entidades patronais que não têm preocupações sociais, senão a de explorar o máximo possível aqueles a quem dá trabalho.

Vale a pena falar disto porque estar lado a lado com os trabalhadores angolanos, negros e brancos, me proporcionou um conhecimento privilegiado,

das vivências e pensamentos destes companheiros, ainda que com os devidos cuidados de linguagem, porque as paredes têm ouvidos e a PIDE de lá, tendo embora um bom papel de recolha de informação em benefício das nossas tropas, era tão violenta e execrável como a da Metrópole, sobretudo com o pessoal de pele escura. Estes, enquanto trabalhadores, mesmo especializados, ficavam uns pontos abaixo dos seus companheiros brancos.

Não posso afirmar que era demonstração de racismo. Era apenas o mercado a funcionar, como agora se diz. Só que o funcionamento do mercado é imperialista no que toca a explorar os trabalhadores, exorbitando os procedimentos quando o número de um determinado grupo, neste caso o grupo dos africanos negros, é considerável, aumentando a procura de emprego muito acima das necessidades da oferta de trabalho.

Então, resolvi reingressar nas fileiras castrenses para seguir a carreira militar, e o “25 de Abril” foi encontrar-me no Quartel General do Batalhão de Caçadores nº11, em Cabinda.

A minha vida ali era estável, tanto quanto pode ser a vida de um militar envolvido na repressão de uma “guerra”, (entre aspas porque o Estado considerava essa guerra como uma operação policial, o que nos remete para uma outra operação especial, agora em curso). Vivia na cidade de Cabinda, no enclave do mesmo nome, tinha comigo a minha mulher e a minha filha frequentava a escola primária local. Arranjara maneira de trabalhar numa oficina civil, para arredondar o parco vencimento de 2º Sargento. Exceto nos meses em que estive no mato do Leste e do Norte de Angola, sempre consegui este complemento financeiro, sacrificando os meus momentos de lazer.

O sentimento geral na tropa e no meio civil foi de incredulidade, quando se tomou conhecimento da Revolução dos Cravos. Podia lá ser. Era mais uma intentona falhada como a do passado 16 de março; e em breve voltaria tudo ao antigamente. Por agora, o melhor seria não fazer ondas, andar calado e ver no que as modas paravam. Esta atitude de comodismo não foi a dos Capitães de Abril. Se tivesse sido, teríamos mais uns anos de degradação política e o Poder claudicaria na mesma, como pano apodrecido, quando já não houvesse uma ponta sã que pudesse ser remendada.

Porém, a coragem de alguns, incentivaram o atrevimento de outros, onde me incluo, e, mesmo hesitantes e comodistas começámos a acreditar e a levantar a cabeça, ainda sem qualquer ideia nem experiência de viver em liberdade

e democracia, mas provando o sabor doce de, finalmente, poder ser ouvido e influir com as próprias ideias e trabalho nos destinos do seu grupo restrito, depois num grupo mais alargado e até, quem sabe, no grupo nacional.

Foi a minha primeira sensação de liberdade. E soube-me tão bem! Ainda nem estava bem acordado para a nova realidade e já estava metido numa comissão de Sargentos, não sabendo muito bem para quê nem porquê. Talvez por ser novo e inexperiente, empurrado por quem, tendo mais experiência e competência do que eu, não estaria disposto a arriscar-se a dar nas vistas. Esta atitude de prudência e autocensura, também foi desaparecendo à medida que o tempo passava e a liberdade consignada pelos Capitães de Abril se mantinha afirmativamente.

Esta enxurrada de liberdade aturdiu-me os sentidos porque parecia estar a caminhar sobre o terreno inseguro que as enxurradas normalmente espalham e fazem pagar bem caro a quem se atreva a percorrer tal chão, aberto e liso, convidativo mas pouco firme e fácil de continuar a deslizar arrastando tudo, mudando tudo, até tudo ficar na mesma, alguns metros mais abaixo. Mas era irresistível o encher os pulmões desse ar puro que lavava a fumaça em que eu vivia sem me dar conta de estar intoxicado. Daí que, pelo conhecimento que tenho da atmosfera anterior ao “25 de Abril” e pelo que senti depois dele, eu estou em situação privilegiada para avaliar o benefício da mudança.

Não lamento que as gerações que se me seguiram não tenham sentido na pele o sofrimento do antes de 1974, para melhor agradecerem a quem lhes proporcionou a liberdade de que usufruem atualmente e lhes parece natural que sempre assim tenha sido e sempre assim poderá continuar a ser. Não o lamento, mas apelo a que se informem dos factos históricos, para que não se deixem adormecer e permitir que, a pouco e pouco, tudo possa voltar ao mesmo de antigamente.

Terminada que foi a minha comissão de serviço em terras de além-mar, regresssei à Metrópole, com a família e a casa às costas e fui frequentar, em Sacavém, a Escola Prática do Serviço de Material, por ter decidido ingressar no Quadro Permanente do Exército, dado o panorama de liberdade e de exaltação castrense que se vivia. Não há palavras que bem descrevam o entusiasmo revolucionário dos jovens à volta dos vinte anos, dispostos a mudar todos os antigos paradigmas e a levar a revolução ao planeta inteiro. Vivia-se em euforia, num verdadeiro êxtase de liberdade e de libertação.

Mais uma vez à testa de uma comissão, (na tropa não se pode ser bom cavalo), debati com outros comissionados, assuntos então considerados transcendentais, cuja solução milagrosa ou pouco menos estava ali ao nosso alcance. Tudo era discutível e se discutia. Insânia de tudo mudar, de tudo derrubar e de tudo erguer. A liberdade de pensar, de discutir, de votar contra e a favor sem temer represálias. A generosidade de se entregar à luta e à construção de um mundo novo, onde as desigualdades se atenuassem, a dignidade se afirmasse independentemente da origem, enfim, queríamos fazer tudo o que ainda não fora feito e com a urgência que a longa espera tornava mais premente. Tal era o ambiente nos quartéis, como eu o vi e vivi.

Fora dos quartéis, a vida não era menos efervescente. Os vizinhos abraçavam-me como se eu tivesse estado nos lugares onde a revolução se decidiu. Eram manifestações de carinho que a gratidão os impelia a manifestar sobre quem, mesmo palidamente, parecesse estar envolvido na construção do futuro; e diziam-me o que devia ser feito. Quem devia mandar e quem devia ser preso, onde se aplicar o erário público, como melhorar as condições de trabalho e de vida, como impedir a fuga de capitais, como fazer justiça, como participar, partilhar, promover, construir. Era uma bebedeira de liberdade!

Exagerada, dirão alguns com razão. Ingénua, dirão outros também. Nessa altura fomos cidadãos, fomos pessoas, fomos humanos. Errámos, ganhámos, perdemos, enfim, vivemos! Havia uma estrada larga à nossa frente e era preciso recolher o saber e o esforço de todos e de cada um. Quase de repente, passámos a ter direito a férias, à Previdência Social, ao sindicalismo e, espantem-se os incrédulos, até podíamos fazer greve para reivindicar melhores salários e condições laborais.

Na tropa não era assim. Havia a responsabilidade de manter a disciplina e a vontade de servir um povo que finalmente parecia ter atingido a idade adulta, que sabia o que queria e que adulava a tropa. A união Povo-MFA não foi uma construção imaginária. Existiu mesmo! Eu, que seguia no caminho por outros desbravado, fui calcetando o caminho com as pedras que me competia colocar.

E chegou a altura de pôr a leitura em dia, que é como quem diz, procurar a informação que antes não estava disponível. Felizmente, algumas editoras resolveram publicar pequenos cadernos, fáceis de digerir e para consumo imediato, pois a pressa era muita e não se compaginava com obras muito

profundas e descritivas. Havia também uns livros impressos em papel sem branqueamento, o que os tornava acessíveis a quem não tinha (e talvez nunca antes tivesse) orçamento doméstico para comprar livros.

E foi a oportunidade de conhecer algumas das teorias sociológicas sobre a organização do trabalho e sobre as organizações, de um modo geral, incluindo a família, onde o papel feminino estiolava perante a autoridade do ‘pater familiae’. Foi a oportunidade de perceber que entre a parede da mina de pirite e uma ponte rodoviária só o trabalho pode aumentar o valor de uma pedra rude. Entre o chão duro e o pão nosso de cada dia, só o trabalho consegue incorporar valor social a simples sementes.

Conscientes do seu valor social, os operários reuniam-se agora em comissões de trabalhadores, em sindicatos, em partidos, em comissões de moradores e em associações de todos os tipos e finalidades, à luz do dia, sem medo de verem irromper pela porta de casa, a qualquer hora da noite, uma equipa policial toda poderosa, para os prender e deportar. A taberna e a mesa do café perderam o seu papel de fomentar a troca de ideias. A percepção de que só em grupo se consegue ter força suficiente para mudar as condições de vida, reforçou a solidariedade e a comunhão de objetivos. E tudo parecia encaminhar-se para uma sociedade mais justa, onde a distribuição da riqueza produzida remuneraria o capital e o trabalho por forma a não desincentivar um nem explorar o outro. Isso aconteceu logo após o “25 de Abril”; mas tem vindo a esboroar-se, pouco a pouco, como iceberg vulnerável à erosão marítima; e estamos hoje a ficar quase na mesma situação de desigualdade que prevaleceu por tantos anos antes de 1974.

Felizmente ainda há liberdade. Podemos evitar o regresso ao passado. Devemos evitá-lo com todas as nossas forças e por todos os meios. Estamos menos pobres, menos vulneráveis, menos tímidos, mas aumenta o número dos mais pobres que nós, como se a sociedade precisasse sempre de quem enterre os pés na lama para que outros lhes subam aos ombros e fiquem em chão seguro. Nenhuma comunidade é verdadeiramente livre se se fundar sobre a desgraça alheia. Em vez de olharmos para cima, procurando imitar e até substituir os que estão bem colocados na vida, é nossa obrigação estrita tirar da lama quem ainda não tenha conseguido sair dela.

A mensagem do “25 de Abril” aponta para a fraternidade e para a união e não para o individualismo. Esta é a teoria do Liberalismo, que promove a

competição sem regras, sabendo que nem todos possuem as mesmas armas para o combate e, logo, as classes dominantes vão reproduzir-se como dominadoras e as dominadas como eternamente submissas e cooperantes, sedimento onde se apoia o sucesso social de quem só olha para cima.

Os homens fardados que fizeram o “25 de Abril” e souberam juntar-se aos não fardados, que também fizeram o “25 de Abril”, são o exemplo a seguir, para nos juntarmos numa sociedade sã, em que uns, por mérito próprio se elevam acima dos outros, mas sem permitir que estes estiolem em vidas sem dignidade, sem valor e sem futuro.

Foi isto que eu aprendi na minha longa vida, com o inconveniente de só ter começado a aprender após o primeiro terço da minha existência: e é por isso que vejo com preocupação o surgimento de ideias políticas embrulhadas em promessas de falsa liberdade, que parecem querer ressuscitar o ambiente social anterior ao “25 de Abril”, baseadas no adormecimento geral de quem pensa que nada precisa de fazer para preservar a sua liberdade nem tem meios de comparação da atual situação, por ventura menos boa, com a desastrosa situação vivida antes da revolução de abril de 1974.

Se hoje uma criança me pedisse para explicar em que é que o “25 de Abril” tinha contribuído para melhorar o mundo, confesso que me faltaria ânimo para descrever a alegria com que os portugueses receberam a revolução e a esperança com que se viveram os primeiros anos, pois só quem conheceu o antes e o imediatamente depois de 25 de abril de 1974 terá a completa noção de como tudo mudou.

É muito difícil criar na mente dos mais novos as imagens certas daqueles tempos de horror e de glória, uma vez que a sua base de comparação é esta sociedade atual que entende a liberdade como algo natural e perene, não obstante a degenerescência que vem sofrendo.

Mas ainda não é tarde! Ainda não se perdeu tudo. A mensagem de associações como a “Associação Salgueiro Maia” há de chegar aos corações de quem possa andar distraído ou anestesiado, constantemente incentivado ao individualismo e ao “ter” em vez de “ser”. É nossa estrita missão o enaltecer as virtudes militares e civis daquele homem que esteve nos momentos cruciais da revolução em que tudo se jogou, que ganhou notoriedade sem a aproveitar para si próprio, que não pactuou com os desvios iniciais ao sagrado dever de servir a Nação, e que acabou afastado do processo reformador da sociedade.

Hoje, ainda se respeita o seu nome, como se de um super-homem se tratasse, quando, afinal ele foi um como nós, que soube dizer basta e arriscar a sua vida em benefício da comunidade; mas mais do que respeitar o seu nome, urge seguir o seu exemplo, praticar os seus ideais e impedir que o seu esforço, bem como o esforço daqueles que estiveram com ele, não tenha sido em vão.

Temos todos de ser Capitães de Abril, como era a sua divisa.